

política



Presidentes do Senado e da Câmara, Pacheco e Lira conversam em sessão do Congresso. Roquete de Sá - 22.jan.23/Agência Senado

Pacheco tem proposta para resolver impasse com Lira sobre MPs

Decisão sobre a tramitação de medidas provisórias se tornou uma queda de braço entre Câmara e Senado

Danielle Brant e
Thaísa Oliveira

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem buscado um acordo para resolver o impasse em torno das comissões mistas que analisam medidas provisórias e, assim, vencer a resistência do presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL).

Inicialmente, a decisão da Mesa Diretora do Senado que previa a volta das comissões

mistas era retroativa ao dia 1º de janeiro.

Com isso, as principais medidas provisórias enviadas pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como a do voto de qualidade do Carf (Conselho Administrativo de Recursos Financeiros) e a volta do Coaf para o Ministério da Fazenda, precisariam passar pela análise de colegiados formados por deputados e senadores.

A medida, no entanto, desagradou a Lira, que queria

manter o rito anterior para poder concentrar o grosso da discussão dos textos na Câmara, como vem ocorrendo desde a pandemia de Covid-19. Líderes partidários da Casa também defendiam a manutenção do modelo anterior, criando um impasse com o Senado.

Para contornar o problema, Pacheco propôs a flexibilização da retomada das comissões mistas, para que a nova regra não seja retroativa a janeiro. "O presidente



A Mesa Diretora da Câmara e a Mesa Diretora do Senado se reunirão em conjunto se e quando haverá mudança do patrocínio da forma da votação das medidas provisórias. Não é a mesa do Senado que faz, são as mesas conjuntas. O ato é conjunto do Congresso Nacional

Arthur Lira (PP-AL)
presidente da Câmara dos Deputados

Pacheco nos autorizou a trabalhar com [a data] a partir de 1º de março", afirmou o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Outros senadores, porém, dizem que a medida poderia vigorar apenas a partir da edição do ato, ainda sem data. Apesar do aceno, ainda não há nenhuma definição na Câmara sobre a volta das comissões.

Senadores protestaram contra a demora de Lira durante a primeira reunião de líderes, na terça-feira (28), e ressaltaram que a formação das comissões é uma obrigação constitucional.

Segundo relatos de parlamentares, Eduardo Braga (MDB-AM) e Renan Calheiros (MDB-AL) —rival político de Lira— afirmaram que o presidente do Senado, por ser também o presidente do Congresso, não precisaria esperar uma definição da Câmara.

De acordo com pessoas que estavam presentes, Braga e Calheiros disseram que falaria sobre o assunto durante a sessão plenária, mas Pacheco ponderou que estava em contato com a Câmara para buscar uma saída negociada.

Calheiros afirma que vai insistir na questão de ordem. "O presidente da Câmara não quer resolver porque isso exclui o Senado na apreciação das medidas provisórias. Isso é uma coisa absurda do ponto de vista do bicameralismo. E inconstitucional", diz.

O presidente do Senado tem argumentado que o esquema encontrado durante a pandemia foi decidido junto à Câmara, e que seria de bom-tom retomar as comissões mistas também conjuntamente.

O rito é alvo de reclamação do Senado porque desde a pandemia as medidas provisórias são votadas direto no plenário das duas Casas, começando pela Câmara. Como os deputados federais não têm prazo para discutir o texto, os senadores dizem que se transformaram em meros "carimbadores" do que já foi negociado e decidido por eles.

Com o adiamento da volta das comissões mistas, as sete

medidas provisórias editadas por Lula nos primeiros dias de governo, além da MP dos combustíveis, ainda ficariam sob o guarda-chuva de Lira. No modelo atual, ele controla o ritmo de tramitação e a indicação dos relatores.

Segundo parlamentares, o governo também não teria interesse em formar comissões mistas para votar as medidas provisórias do começo do ano porque o prazo pode ficar apertado. Além disso, o ato da mesa diretora do Senado abria prazo de mais seis dias para a sugestão de mudanças nos colegiados —o que aumentava a brecha para que textos propostos pelo Planalto fossem modificados.

Uma das principais apreensões do governo é com a MP que estabelece o voto de qualidade no Carf, tribunal administrativo que julga conflitos tributários entre contribuintes e a Receita Federal.

Outra preocupação é com a medida provisória que criou e reorganizou os ministérios. Para tentar manter o texto, aliados de Lula têm defendido que o presidente deve ter o direito de definir a estrutura da Esplanada dos Ministérios sem a interferência do Congresso.

Lira não escondeu a irritação com a decisão do Senado. Questionado sobre o assunto durante sessão da Câmara em 8 de fevereiro, o deputado afirmou que as duas Casas ainda iriam se reunir para definir "se" e "quando" a mudança ocorreria.

"A Mesa Diretora da Câmara e a Mesa Diretora do Senado se reunirão e decidirão em conjunto se e quando haverá mudança do patrocínio da forma da votação das medidas provisórias. Não é a mesa do Senado que faz, são as mesas conjuntas. O ato é conjunto do Congresso Nacional", disse.

As medidas provisórias são editadas pelo presidente da República e entram em vigor imediatamente, mas dependem do aval do Congresso para não perderem validade. Assim, Câmara e Senado têm até 60 dias, prorrogáveis por igual período, para validar ou reverter a iniciativa do governo.

Indicado político em cargo técnico pode render mais, diz estudo

VIDA PÚBLICA

Angela Pinho

SÃO PAULO Pessoas que ocupam um cargo técnico, como o de diretor de escola, por indicação política podem entregar mais resultados do que concursados, ainda que a prática traga também efeitos negativos, mostra pesquisa.

O trabalho, publicado em janeiro no periódico *American Journal of Political Science*, junta-se a uma nova geração de estudos que têm mostrado nuances e aspectos positivos do apadrinhamento no serviço público, prática tradicionalmente associada a corrupção e clientelismo.

A tese não é consenso entre pesquisadores. Parte deles aponta riscos relevantes da indicação política para os resultados das políticas públicas, como a escolha de profissionais pouco qualificados.

O estudo de Guillermo Toral, professor de ciência política da IE University, na Espanha, analisou o trabalho de diretores de escolas municipais com base em dados administrativos e entrevistas tanto com servidores como com políticos.

Isolando outros fatores, ele concluiu que os diretores que perderam suas conexões políticas após o prefeito perder a reeleição se tornaram menos eficazes em melhorar a qualidade da escola.

Para ele, isso sugere que alinhamento político pode ajudar na obtenção de resultados.

Isso ocorreria porque indicados teriam maior alinhamento a políticos e acesso a



Aula na escola Orlando Geribola, em Osasco, na Grande São Paulo. Karime Xavier - 31.mar.22/Folhapress

recursos materiais e não materiais.

Outra conclusão é que diretores que chegaram ao cargo por indicação política, mas não atingiram metas de qualidade, têm mais chances de serem substituídos do que concursados na mesma situação.

Ainda assim, no geral, ele também aponta problemas do apadrinhamento: pode facilitar o uso da burocracia em proveito próprio por políticos corruptos e também torna a política pública mais vulnerável quando há troca de gestão.

É por isso que o pesquisador defende um sistema misto, em que exista uma burocracia qualificada, mas também algum grau de discrici-

onariedade do agente político para escolher um servidor para um cargo de gestão. Se é um equilíbrio difícil de se obter na prática, não é difícil saber qual seria o pior dos mundos na escolha para ocupantes de cargos de liderança, diz Toral.

Em sua avaliação, seria o caso da indicação política de pessoas não alinhadas diretamente ao governo, mas apadrinhadas de aliados, por exemplo —o que pode ser uma vulnerabilidade no caso de governos com muitos interesses partidários a atender, como é o caso da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Evidências positivas da in-

dicação política também foram encontradas em outros estudos recentes, sobre a Índia e o Peru, por exemplo, embora aspectos negativos também tenham sido apontados.

Outro livro recente chega à conclusão de que confiança, e não necessariamente clientelismo, é o principal motivo por trás da indicação política nos países da América Latina.

Trata-se da obra "The Politics of Appointment in Latin America Central Administration" (A Política de Nomeação na Administração Central da América Latina, em tradução livre, University of Pittsburgh Press, 2023), com uma série de artigos editada por Francisco Panizza (London School of

Economics and Political Science), Guy Peters (University of Pittsburgh) e Conrado Ramos Larraburu (Universidad de la República).

Eles concluem que, como em outros países do mundo, as indicações políticas na região não teriam apenas o papel de garantir apoio político, mas seriam substancialmente uma ferramenta para implementação da política pública.

Isso não os impede de alertar para as possíveis implicações negativas do apadrinhamento, especialmente em níveis mais baixos da hierarquia e, a longo prazo, para a formação de um corpo burocrático qualificado.

Professora da FGV-SP e autora de diversas pesquisas sobre a burocracia, Gabriela Lotta diz que é preciso um equilíbrio entre a técnica e a política nos cargos públicos.

"Faz parte da democracia que políticos consigam implementar agenda para a qual foram eleitos, e isso significa ter pessoas na administração pública alinhadas com a política."

"Mas a boa política é embasada em decisões baseadas em evidências. A técnica é muito importante para embasar a boa política, ainda que não possa substituí-la", afirma.

Ela avalia que a ocupação de cargos técnicos apenas por indicação política, sem outros critérios combinados, pode até não fazer diferença quando há falta de candidatos qualificados o suficiente para a função, mas não quando há abundância de profissionais capacitados.

É preciso lembrar, diz, que

muitas das funções na burocracia demandam conhecimento técnico específico, o que seria o caso tanto de um diretor escolar como de um fiscal do Ibama.

Quando se fala na ocupação de tribunais de contas por esposas de políticos, raciocínio semelhante se aplica. "Tribunal de contas não deveria ser um espaço da política. A natureza dessa ação se assemelha à de um juiz", diz Lotta.

Especificamente em relação à escolha de diretores escolares, a também professora da FGV Lira Simielli aponta a necessidade, não atendida em boa parte do Brasil, de que os ocupantes desse cargo sejam qualificados para exercer a função.

Isso já ocorre em sistemas educacionais bem-sucedidos, tanto no Brasil como no exterior, diz ela, autora de relatório sobre o tema apresentado pela associação Dados para Um Debate Democrático na Educação (Dje).

Em Sobral (CE), por exemplo, referência nacional de educação, a mudança nos critérios de escolha de diretores é considerada chave para os resultados do município. Se antes eram cabos eleitorais de políticos locais, passaram a ser profissionais formados para a função e escolhidos por uma seleção que leva em conta aspectos técnicos.

A experiência motivou a inclusão de critérios de mérito ou escolha da comunidade como condição para as redes públicas receberem valor complementar do Fundo (fundo de financiamento da educação básica).